



# III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,  
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP  
Colegiado de Pedagogia  
Vitória da Conquista

## A IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DE UM EDUCANDO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO AMBIENTE ESCOLAR

AMANDA MESQUITA VIANA<sup>1</sup>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB

EVELYN MENEZES SILVA<sup>2</sup>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB

### Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar e refletir sobre a importância de práticas pedagógicas voltadas para a inclusão no ambiente escolar, com ênfase na deficiência intelectual. Para isso, foi realizada uma leitura prévia de obras que abordam o tema, e posteriormente duas vivências em uma escola da rede Municipal da cidade de Vitória da Conquista-BA, com o intuito de observar o cotidiano de um estudante com deficiência intelectual no ambiente educacional, e os desafios e possibilidades para a sua adaptação no ambiente escolar a partir das práticas pedagógicas de inclusão. A observação constatou vários obstáculos que impedem uma inclusão plena, como falta de recursos pedagógicos e uma adaptação realmente individualizada e especial para as necessidades específicas do discente. Concluindo-se, portanto, que para que haja respeito, igualdade e inclusão no ambiente escolar, é necessário um esforço conjunto, e não somente do professor.

**Palavras-chave:** Deficiência Intelectual. Educação Inclusiva. Prática Pedagógica.

### Introdução

O ambiente escolar, de modo geral, é um ambiente que possui elementos fundamentais para o início do processo de inclusão no ambiente escolar. No entanto, para que esse âmbito seja efetivamente um ambiente inclusivo, no que tange a perspectiva da educação especial, é necessário que a inclusão se faça de fato presente no cotidiano escolar, com um espaço que vise a valorização da diversidade de todos os sujeitos.

Outrossim, para que se possa discutir sobre a inclusão escolar no Brasil é necessário, entender que esse foi, historicamente, um tema cercado por desafios, bem como por uma ausência significativa dos indivíduos que compõem esse grupo social, resultando na exclusão social e histórica desse determinado grupo, que de acordo com Mantoan (2003, p.18), “são sobejamente conhecidos das escolas, pois repetem as suas séries várias vezes, são expulsos,

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Vitória da Conquista-BA, Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

<sup>2</sup> Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Vitória da Conquista-BA.



# III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,  
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP  
Colegiado de Pedagogia  
Vitória da Conquista

evadem e ainda são rotulados como mal nascidos e com hábitos que fogem ao protótipo da educação formal”. Nessa óptica, é possível compreender que esses grupos, apesar de excluídos igualmente, contam com diferentes especificidades e que por isso necessitam de ações educativas inclusivas que visem e respeitem as especificidades de cada indivíduo.

Conforme Mantoan (2003), somente após um longo e complexo processo algumas medidas positivas foram pensadas e apresentadas no que se refere a esse viés. A luz dessa perspectiva, se tem a inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar, por exemplo, que só ganhou força no Brasil com a institucionalização da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, cujo o objetivo era garantir, legalmente, que todos os alunos recebessem uma educação que estivesse de acordo com as necessidades específicas de cada um, de forma justa e inclusiva. No entanto, mesmo com tantos esforços para garantir uma educação que fosse realmente inclusiva na prática escolar, o cenário educacional ainda enfrenta dificuldades para otimizar o processo inclusivo nas escolas, no contexto contemporâneo.

Embora o objetivo da inclusão seja garantir um espaço justo para todos os alunos, cada especificidade requer uma adaptação diferente, o que exige do profissional de ensino um repertório que o auxiliem nesse percurso, o que encaminha para outro problema - a falta de fundo governamental. Segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988) também é dever do Estado garantir uma educação de qualidade para todos. Entende-se que o dever é auxiliar financeiramente quaisquer demandas que a escola necessitar. Logo, quando as escolas e profissionais são ignorados, compreende-se que uma negligência nítida está ocorrendo.

Portanto, o presente trabalho buscou observar um aluno com deficiência intelectual e acompanhar sua rotina no ambiente escolar, visando analisar e compreender as características presentes no ambiente escolar, bem como as práticas pedagógicas, a didática utilizada e possíveis recursos de acessibilidade e inclusão ou limitações presentes no cotidiano da criança no que se refere ao contexto educacional.

## METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente trabalho, foi realizada uma leitura prévia das obras “Pedagogia da Autonomia”, de Paulo Freire e o livro “Didática” de José Carlos Libâneo, além



# III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,  
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP  
Colegiado de Pedagogia  
Vitória da Conquista

das obras “Sociedade e Deficiência”, de Lígia Martins, e “Ações pedagógicas para o ensino de leitura e escrita para alunos com deficiência intelectual”, de Joice Daiane Muniz e Márcia Duarte Galvani. Essa etapa inicial teve como objetivo fundamentar teoricamente a pesquisa, fornecendo subsídios para a análise posterior.

Na sequência, estabeleceu-se contato com a coordenadora pedagógica da Escola Municipal Lycia Pedral, situada na Avenida Rosa Cruz, no bairro Panorama, em Vitória da Conquista – BA, com o intuito de agendar duas visitas em dias distintos à turma do 7º ano do Ensino Fundamental. O propósito dessas visitas foi acompanhar a rotina escolar de um estudante com diagnóstico de deficiência intelectual (DI) e analisar sua inclusão no ambiente escolar regular, observando as práticas pedagógicas adotadas, as interações sociais estabelecidas e as estratégias de ensino implementadas.

Além das observações presenciais, foi realizado um diálogo semi estruturado com uma docente da disciplina de Educação Física da classe comum e com a profissional responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) na referida instituição a fim de aprofundar a compreensão sobre o processo de inclusão e adaptação das práticas pedagógicas, bem como verificar de que modo ocorre o trabalho colaborativo entre os profissionais do ensino comum e a docente do AEE.

## **A Importância das Práticas Pedagógicas para a Educação Inclusiva: Um Diálogo entre Libâneo e Paulo Freire**

De acordo com a Associação Americana de Deficiências Intelectuais e do Desenvolvimento (AAIDD), a deficiência intelectual surge antes dos 18 anos e se caracteriza por funcionamento intelectual abaixo do esperado, acompanhado de limitações complexas, como dificuldades de aprendizado e adaptação às demandas cotidianas. Historicamente, no contexto escolar, esses alunos foram ignorados e excluídos por serem considerados incapazes de aprender ou se adaptar, como apontou Tredgold (1937). Essa visão capacitista gerou práticas preconceituosas e excludentes, além de reforçar a percepção de incapacidade, com consequências que persistem até hoje. Apesar dos avanços no conceito de inclusão, ainda há dificuldades em aceitar e integrar plenamente esses indivíduos nos ambientes escolares e sociais.



# III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,  
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP  
Colegiado de Pedagogia  
Vitória da Conquista

De acordo com a Constituição Federal de 1988, todos têm direito a uma educação pública, de qualidade e, no caso de pessoas com deficiência, a uma educação inclusiva e ao atendimento educacional especializado. Assim, as instituições de ensino devem garantir espaços com os recursos necessários para que todos os alunos aprendam da melhor forma possível. No entanto, como destaca Mantoan (2003), há obstáculos que impedem a efetivação desse direito na prática escolar, especialmente as políticas educacionais, que não inovam, não priorizam essa parcela da população e continuam a excluir e limitar esses estudantes.

Ademais, para consolidar uma educação inclusiva e eficaz, é essencial adotar práticas pedagógicas que considerem as singularidades dos sujeitos, dentro das possibilidades do contexto escolar. O professor deve atuar com práticas ético-políticas, sendo responsável por uma gestão pedagógica que contemple a diversidade escolar. Assim, as práticas pedagógicas devem estar alinhadas à educação inclusiva na perspectiva da educação especial, valorizando a equidade, o respeito às diversidades e a promoção da autonomia dos educandos, conforme propõe Paulo Freire em sua obra *Pedagogia da Autonomia*.

Nesse contexto, é essencial reafirmar que a didática torna-se um instrumento importante para o desenvolvimento e a concretização das práticas pedagógicas inclusivas. Libâneo (1994) destaca que a didática é a base do trabalho docente, pois orienta o processo de ensino-aprendizagem de maneira sistematizada e intencional, ou seja, para ele a prática de ensinar não pode se resumir a transmissão de conteúdos, de modo que implica diretamente em compreender o contexto sociocultural dos alunos e promover sua participação ativa na construção do conhecimento.

A partir dessa perspectiva, compreende-se que a didática contribui significativamente para o enfrentamento das barreiras impostas pelo capacitismo que atravessam o contexto da inclusão dos alunos com alguma necessidade específica, além das limitações de aprendizagem, principalmente, nos discentes com Deficiência Intelectual, já que oferece estratégias diferenciadas que respeitam o ritmo, as potencialidades e os estilos de aprendizagem de cada discente.

Nesse viés, a inclusão educacional, entretanto, não se resume a assegurar que os alunos com Deficiência Intelectual estarão fisicamente presentes nas salas de aulas regulares, sendo imprescindível uma concepção de educação ética, comprometida e emancipadora das adaptações que devem ser feitas para que a inclusão realmente aconteça.



# III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,  
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP  
Colegiado de Pedagogia  
Vitória da Conquista

Dessa forma, Freire (1996) defende uma educação pautada na autonomia e na humanização, na qual ensinar é um ato ético e político, como fica explícito quando o educador brasileiro afirma que "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção" (p. 47), ou seja, para o autor as práticas pedagógicas dialógicas são essenciais para que o processo educacional e, conseqüentemente, podemos associar que também são fundamentais para o processo de inclusão, sejam sensíveis às realidades distintas dos discentes, sendo politicamente e eticamente comprometidas com sua formação social crítica.

Desse modo, é possível compreender que as práticas pedagógicas inclusivas podem estar restritas às adaptações técnicas ou metodológicas, mas precisam refletir o compromisso do educador para com uma educação que valorize a participação ativa dos referidos nos diálogos e debates a respeito da construção do saber coletivo e individual. Assim, essas questões implicam diretamente no despertar de um papel docente que une a competência didática, com a sensibilidade ética e o engajamento político em desenvolver práticas pedagógicas que objetivem a transformação da escola em um espaço acessível e acolhedor para todos os estudantes.

Portanto, pode-se entender que a didática, conforme proposta por Libâneo, e a educação emancipadora defendida por Paulo Freire, oferece subsídios teóricos e práticos para a construção de uma prática pedagógica inclusiva pautadas e desenvolvidas com base nos fundamentos principais dos respectivos autores, dessa forma, tal prática pode ser essencial para o desenvolvimento integral dos educandos, respeitando suas diferenças e potencializando suas capacidades, em um processo contínuo de formação ética, crítica e autônoma.

## **Inclusão no Contexto Escolar: Reflexões a partir de uma Observação Pedagógica**

A observação foi realizada no turno matutino no período das 8h às 11h. Desse modo, foi possível acompanhar duas aulas das disciplinas de matemática e artes. Na aula de matemática, o professor mostrou uma boa convivência com os alunos, incentivando a melhora no desempenho escolar e apresentando maneiras para isso.

Ao apresentar o conteúdo do dia, o professor garantiu a compreensão dos alunos, respondendo às dúvidas de cada um, enquanto o aluno com deficiência intelectual recebia



# III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,  
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP  
Colegiado de Pedagogia  
Vitória da Conquista

ajuda de uma auxiliar. O aluno demonstrou atenção pela aula, fazendo anotações no caderno e atento ao que o professor falava. Na aula seguinte, de artes, a professora tinha um modelo diferente do professor anterior. A referida começou a explicar o conteúdo de forma espontânea e livre enquanto se locomovia pela sala e interagia com os alunos. Em seguida, escreveu sobre o mesmo conteúdo no quadro branco para cópia.

A professora demonstrou uma falta de controle dentro da sala, gerando agitações em momentos dentro da sala. Nessa aula, o aluno com deficiência intelectual se mostrou disperso, sem dar atenção à professora. Ela, ao final da aula, comentou sobre a falta de recursos para uma aula como a dela e em como a turma se mostraria mais atenta com recursos tecnológicos.

Durante a observação das aulas, notou-se distinções na mediação pedagógica de cada professor, gerando comportamentos diferentes dos alunos. A aula de matemática foi conduzida pelo professor através da interação com os alunos, que respondiam às questões propostas em conjunto. Esse método garantiu a participação de toda a turma, inclusive do aluno com deficiência intelectual, que se envolveu na aula, anotando e resolvendo o que era proposto pelo professor, ainda que com a ajuda da auxiliar ao seu lado.

Por outro lado, a aula de artes, abordou o tradicionalismo com uma aula expositiva, concentrada na fala da professora e na cópia de conteúdo. Este método, gerou reação contrária à aula anterior, com os alunos desinteressados no conteúdo, até mesmo o aluno com deficiência intelectual, que parou com as anotações. Como afirma Freire (1996) o professor e aluno devem dialogar para, juntos, serem educados. Dessa forma, os métodos pedagógicos devem pensar no aluno como alguém ativo e possível de dar e receber informações. No entanto, é importante levar em consideração a fala da professora sobre os recursos didáticos. O decreto de nº 7611 garante que escolas tenham salas de recursos multifuncionais para atender alunos com necessidades educacionais especializadas, mas é fundamental refletir sobre as salas regulares, que são ambientes em que os alunos com deficiência estão regularmente.

Portanto, a análise manifesta como práticas pedagógicas ativas e ambientes desenvolvidos com recursos de fácil acesso para qualquer estudante, independentemente de sua especificidade. Questões que, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (art. 208, inciso III) devem ser garantidas.



# III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,  
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP  
Colegiado de Pedagogia  
Vitória da Conquista

## Considerações finais

A observação realizada permitiu uma reflexão aprofundada sobre os desafios e as possibilidades da educação inclusiva no contexto escolar. Desse modo, ficou evidente que muitos professores ainda adotam práticas generalizadas, desconsiderando as especificidades de cada aluno. Nesse viés, a experiência evidenciou também a carência de formação adequada por parte dos docentes para lidar com a diversidade em sala de aula, bem como a fragilidade na articulação entre a sala de recursos e a sala comum, o que dificulta a construção de um trabalho pedagógico colaborativo e efetivamente inclusivo.

Por outro lado, foi possível identificar professores comprometidos em tornar suas práticas mais interativas, demonstrando que há caminhos possíveis para uma educação mais acolhedora. Como demonstra Libâneo (1994), a didática, quando usada de maneira centrada no sujeito, é capaz de reestruturar o que antes era tido como improvável. O professor vê o aluno como sujeito é essencial para uma aula positiva, pois cada aluno carrega uma história e uma visão de mundo, e ao considerar essas questões, o professor promove mudanças positivas na educação desse aluno, o que não aconteceria se a aula fosse promovida exclusivamente por conteúdos.

Nesse sentido, é possível identificar professores que adotam essa perspectiva como fundamento. No entanto, a presença de métodos inflexíveis e pouco adaptativos ainda se fazem presentes no contexto escolar, revelando uma urgente necessidade de repensar práticas pedagógicas e fortalecer políticas públicas que garantam suporte adequado aos profissionais da educação. Freire (1996), ao defender que os homens se educam entre si, apresenta a ideia da educação como um dever da sociedade. Desse modo, entende-se que um desses deveres é promover o reconhecimento do professor, amparando e incentivando a aprimorar seus conhecimentos sobre essas e outras questões, para que assim o referido se sinta capacitado para conduzir o processo de ensino aprendizagem de uma forma equitativa e inclusiva.

A experiência de observação, portanto, não apenas revelou os obstáculos enfrentados por educadores, como também reforçou a importância de uma atuação docente que vá além da simples transmissão de conteúdo, considerando o modo como esse conteúdo é apresentado e compreendido por cada estudante. Ao final, reafirma-se a importância de que se tenha uma escola verdadeiramente comprometida com a inclusão de todos os sujeitos - sem nenhuma



# III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,  
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP  
Colegiado de Pedagogia  
Vitória da Conquista

distinção, e que seja apoiada por uma gestão comprometida e por políticas públicas eficazes, capazes de assegurar o direito à educação de qualidade para todos.

## Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 17 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 17 jul. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.